

NOTAS

Notas para a História da Reforma Administrativa no Brasil

1.^a PARTE

Panorama geral anterior a 1930

Capítulo XIX

A ERA DO MARECHAL

Quando lembrado e escolhido para sucessor de Afonso Pena, o Marechal Hermes,

“sobrinho do fundador da República, realizara memorável administração militar. Desfrutava, na classe, a popularidade de um chefe devotado, de um republicano puro. Crescera, desde 1905, como um símbolo, uma esperança, uma solução (1).

Eleito para a Presidência, após a memorável campanha civilista levada a efeito pelo Conselheiro Rui Barbosa, foi, entretanto, sob um mau signo que o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca iniciou, a 15 de novembro de 1910, o seu atribulado quadriênio.

Logo oito dias após a sua posse, isto é, a 23 do mesmo mês de novembro, amotinam-se os marinheiros a bordo dos couraçados surtos na Guanabara, eliminam alguns oficiais e ameaçam de bombardeio a cidade do Rio de Janeiro. A razão da revolta são os castigos corporais em uso na Armada. Chefia os amotinados o marinheiro prêto João Cândido, que içou no *Minas Gerais* a sua flâmula de “almirante” e executa pela baía caprichosas evoluções, enchendo de pasmo os técnicos em navegação e produzindo verdadeiro pânico entre o povo. A atmosfera se cobre de tais apreensões que, dois dias após, o Congresso Nacional, precipitando as suas votações, concede aos revoltosos anistia prévia. E' o primeiro ato legislativo do Governo que se iniciara dez dias antes (2). Tal anistia, aliás, só prevaleceu para os primeiros momentos, para a devolução pacífica das unidades sublevadas às autoridades constituídas. Pouco depois os marujos anistiados foram sendo ali-

jados da Armada por diversos pretextos e o “almirante” João Cândido acabou pedindo esmola, estendendo à caridade do povo a mão que poderia ter arrasado a cidade.

A revolta da esquadra foi, porém, apenas o estopim do que iria deflagrar depois pelo país. O Marechal não concluíra ainda o seu primeiro mês de governo e já a 9 de dezembro estala novo movimento armado, desta vez de iniciativa dos fuzileiros navais, na ilha das Cobras. A artilharia legal sufocou-lhes as veleidades, mas o evento serviu de pretexto para a decretação do primeiro estado de sítio do quadriênio (3), medida que não tardaria em tornar-se usual em face de outros movimentos que iriam reopontar.

Entre a anistia de 25 de novembro e o “sítio” de 12 de dezembro, o Congresso Nacional tomou apenas oito resoluções, cumprindo ressaltar que uma delas dizia respeito à prorrogação da sessão legislativa até 31 de dezembro.

O ambiente não era, aliás, propício à tarefa de legislar, que requer tranqüilidade e meditação, nem à de administrar, que requer estabilidade e compreensão.

O Marechal pretendia, evidentemente, administrar o país à altura de seus antecessores. O Ministério que organizou, assumindo o governo, é uma prova de suas intenções e do rumo que pretendia imprimir à administração pública. Examinado os nomes abaixo, distribuídos pelas respectivas pastas, mesmo um leitor malevolente reconhecerá a felicidade das escolhas:

Justiça e Negócios Interiores — Bacharel Rivadávia da Cunha Correia;

Relações Exteriores — Barão do Rio Branco;

Fazenda — Bacharel Francisco Antônio de Sales;

(1) PEDRO CALMON — *História Social do Brasil*, 3.^o Tomo, Cia. Editora Nacional, 1939, págs. 260/261.

(2) Decreto legislativo n.^o 2280, de 25-11-910.

(3) Decreto legislativo n.^o 2289, de 25-11-910.

Viação e Obras Públicas — Doutor em Direito José Joaquim Seabra;

Agricultura, Comércio e Indústria — Bacharel Pedro de Toledo;

Guerra — General de Divisão Emigdio Dantas Barreto;

Marinha — Contra-Almirante Joaquim Batista Marques de Leão.

Nenhum desses titulares pôde, entretanto, manter-se no posto até ao fim do governo Hermes.

Aquêle contra quem as forças políticas mais exasperadas não ousariam investir e que, por isso, não corria risco de deixar a pasta — o Barão do Rio Branco — faleceu a 10 de fevereiro de 1912, sendo substituído por Lauro Müller, que já se notabilizara como Ministro da Viação de Rodrigues Alves.

Os demais se foram afastando ou foram sendo afastados ao sabor dos acontecimentos e das conveniências partidárias. A 11 de janeiro de 1912 é o Contra-Almirante Marques de Leão substituído na Marinha pelo Contra-Almirante Manuel Inácio Belfort Vieira, cujo falecimento, em 1913, propicia a volta à pasta do já então Vice-Almirante Alexandrino de Alencar, antigo ministro de Afonso Pena e Nilo Peçanha. A 31 de maio do mesmo ano, dá-se a substituição, na Agricultura, de Pedro de Toledo pelo Bacharel Manuel Edwiges de Queiroz Vieira. A 9 de maio de 1913, Rivadávia Correia passa a acumular com a sua a pasta da Fazenda, em substituição a Francisco Sales. A 11 de agosto do mesmo ano é Rivadávia substituído, na Justiça, pelo Doutor em Direito Uladislau Herculano de Freitas, genro do famoso republicano Francisco Glicério. As pastas da Guerra e da Viação vagam a fim de que os respectivos titulares se candidatem ao governo dos respectivos Estados — Pernambuco e Bahia. O General Dantas Barreto é substituído na primeira, a 12 de setembro de 1911, pelo General de Divisão Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ao qual sucede, a 29 de março de 1912, o Engenheiro Militar, General de Divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva. O Dr. J. J. Seabra é substituído, na Viação, pelo Engenheiro Civil José Barbosa Gonçalves.

Houve ainda substituições interinas de uns ministros por outros, cuja menção, dada a escassez dos períodos em que se verificaram e o caráter de

que se revestiram, pode ser dispensada. Dentre essas substituições interinas cumpre, entretanto, destacar, no Ministério das Relações Exteriores, a de Lauro Müller, de 17 de maio a 18 de agosto de 1913, pelo diplomata Francisco Régis de Oliveira, uma vez que não se trata de caso idêntico aos demais.

Dissemos acima que as forças políticas mais exasperadas não ousariam investir contra o Barão do Rio Branco, cuja vitaliciedade na pasta do Exterior parecia ter a chancela nacional. Não obstante, o eminente brasileiro, pouco antes de morrer, chegou a pedir demissão em face da interferência direta do governo central nos “casos” políticos de Pernambuco e Bahia, segundo referem Alberto de Faria (4) e Rodrigo Otávio (5). Esses dois “casos” obscurecem os horizontes do regime e comprometem gravemente o governo com a opinião pública. O Presidente toma atitudes que o atiram rapidamente à impopularidade.

“Nem se exime o Marechal das afeições e compromissos de família. Interfere em Pernambuco, a favor do velho Barão de Lucena, que combatia Rosa e Silva, e no Ceará, pelo Coronel Franco Rabelo, que fôra secretário do governador partidário de Deodoro. O Ministro da Guerra, Dantas Barreto, deixa a pasta, para disputar o governo pernambucano. A guarnição federal apóia irresistivelmente o general. Corre sangue em Recife. Numa atmosfera de terror, é vencido Rosa e Silva, e assume o poder, reconhecido pela assembléia onde não podem figurar os deputados resistas, Dantas Barreto” (6).

O Ministro da Viação, J. J. Seabra, aspirava, por sua vez, ao governo da Bahia. Pinheiro Machado

“mandara rasgar o seu diploma de senador por Alagoas, em 1906” (7), mas não pôde

“evitar a sua escolha para o ministério de 1910: Seabra era sustentado pelos mais diletos auxiliares do Marechal” (8), que

“vai em visita à Bahia, com o fim evidente de prestigiar o ministro” (9).

Esboça-se um acôrdo com a política estadual, que não chega a produzir conseqüências, pois, de-

(4) *Revista da Academia Brasileira*, XXXIV, 1930, pág. 16.

(5) *Minhas Memórias*, Nova Série, pág. 210.

(6) PEDRO CALMON, *op. cit.*, pág. 266.

(7) *Id.*, *ib.*

(8) *Id.*, *ib.*

(9) *Id.*, *ib.*

vido a um telegrama do Presidente ao General Sotero de Menezes, comandante da Região Militar, telegrama êsse concernente ao cumprimento de um *habeas corpus* concedido aos deputados seabristas, ocorre, a 10 de janeiro de 1912, o bombardeio da Bahia.

Como a tropa federal só dispusesse de dois batalhões e as forças estaduais se recusassem a desocupar os edifícios públicos, o General Sotero resolveu utilizar a artilharia.

“O bombardeio foi breve, exato e terrível. Arderam o Palácio do Govêrno, a secular Biblioteca Pública, a do velho Grêmio Literário, alguns sobrados...” (10).

Em face da consternação e surpresa do país, o Supremo Tribunal reforma a sentença do juiz, demite-se da pasta da Marinha o Almirante Batis-ta de Leão e o Presidente manda reintegrar o govêrno deposto. Não obstante, o candidato reconhecido, J.J. Seabra, empossava-se pouco depois.

Ainda duas “guerras” iriam, durante o Govêrno Hermes, ensangüentar o solo brasileiro — a do Ceará, em que surge, em Joazeiro, a curiosa figura do Padre Cícero (11),

“velho sacerdote que descambara em catequista de bandoleiros, considerado “santo” (12),

e a do Contestado, cuja duração iria estender-se ao quadriênio seguinte e dar ensejo, em 1915, a operações do primeiro aeroplano de guerra, que se arrojou numa floresta, matando o piloto.

Êsses e outros acontecimentos de menor monta granjearam para o Marechal Hermes uma impopularidade atroz, que culminou numa campanha de ridículo sem precedentes e sem similar nos nossos anais. Contribuiu decisivamente para isso o fato de, havendo o Marechal enviuvado no primeiro período de sua gestão, contrair novas núpcias ainda no exercício da suprema magistratura da Nação. Um hedomadário, que ainda hoje se edita nesta Capital, estampou, em sua capa, notável caricatura do velho militar, com a legenda “O Noivo”. Não se lhe mencionava comumente o nome pela imprensa, dizia-se simplesmente “Êle”

ou, quando a irreverência queria requintar-se, era empregado um apelido íntimo, cuja adoção se atribuía à sua segunda espôsa. O anedotário nacional tornou-se opulento. A musa brejeira atingiu o seu climax. Os neologismos populares orientaram-se na direção de críticas acerbas. Surge a “urucubaca”. “Chaleira” adquire foros de adjetivo, do qual derivam o substantivo “chaleirismo” e o verbo “chaleirar”. A expressão “pega na chaleira” estigmatiza os amigos do situacionismo e voa, de bôca em bôca, em canção carnavalesca.

Assinale-se, aliás, em abono dos sentimentos democráticos do Marechal, que a imprensa da época, apesar da carregada atmosfera política e dos sucessivos estados de sítio decretados, gozava de liberdade só comparável à dos tempos de D. Pedro II. Dizia o que queria e, no exercício dessa faculdade, manda a verdade reconhecer-se que muitas vêzes se excedeu.

Em meio aos sucessivos movimentos armados, ao torvelinho das paixões políticas desenfreadas, à irreprimível irreverência do povo e à incompreensão geral, que obra administrativa se poderia exigir do Marechal?

Quase tôdas as repartições existentes tiveram seus regulamentos alterados ou substituídos, ao sabor das contingências partidárias. A Justiça do Distrito Federal foi reorganizada. Cria-se, no Ministério da Agricultura, a Inspeção da Pesca (13) e, no Ministério das Relações Exteriores, o cargo de Sub-Secretário de Estado (14). Renova-se o meio circulante.

Uma bela iniciativa parte, entretanto, dêsse atormentado quadriênio.

E’ a construção de vilas proletárias, cuja principal se ergue hoje no subúrbio que recebeu o nome de Marechal Hermes.

Os últimos meses do govêrno decorrem em ambiente de graves apreensões internacionais. A 1 de agosto de 1914 estala na Europa a primeira Grande Guerra. O Itamarati mantém cautelosa política de neutralidade. Não havia ainda razões que fizessem pender para qualquer lado um país militarmente despercebido como o nosso.

Caberia, depois, a um Poeta alertar-nos para a defesa nacional.

(10) Ver JOSÉ DE SÁ, *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*, Bahia, 1918, pág. 366.

(11) Ver, a respeito, XAVIER DE OLIVEIRA, *Beatos e Cangaceiros*, Rio, 1920, e LOURENÇO FILHO, *Joazeiro do Padre Cícero*, 2.^a Edição.

(12) PEDRO CALMON, *op. cit.*, pág. 275.

(13) Decreto n.º 9372, de 17-7-912.

(14) Decreto n.º 9363, de 7-2-912.